



A CRIANÇA NEGRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL – UM OLHAR.

SOBREIRA, Lucimar S. Silva, CAJ-UFG;

RIBEIRO, Cristiane Maria, FE-UFG.

Palavras-chave: Criança Negra; Instituições de atendimento; Diversidade.

INTRODUÇÃO:

Este trabalho é uma pesquisa realizada em instituição de Educação Infantil, com a finalidade de mostrar que o racismo e a discriminação acompanham os alunos negros desde o seu ingresso no ambiente escolar, impossibilitando muitas vezes seu acesso aos níveis posteriores de ensino. Caracteriza-se por ser uma pesquisa de observação, processo que analisa os padrões de comportamento das pessoas, sem fazer perguntas ou comunicar com elas; e bibliográfica, com base em livros e artigos científicos. Sendo assim, o trabalho pretende contribuir para a conscientização sobre a importância da erradicação da discriminação racial na sala de aula para a atual e as futuras gerações.

Apesar da luta dos movimentos negros, o racismo permanece disfarçado no seio da sociedade brasileira, a criança negra chega à escola e recebe livros que não contam sua história, as pessoas citadas nos livros não se parecem com ela e quando aparecem é de forma estereotipada.

Os livros didáticos mostram o negro de forma inferiorizada, e isso interfere e prejudica o aprendizado da criança negra, o aluno acaba achando normal o tratamento recebido, de maneira que o racismo e o preconceito são reforçados na sala de aula e são reproduzidos para a sociedade onde a escola é inserida.

Vale ressaltar que a observação foi realizada em duas instituições, na primeira instituição teve a duração de oito dias e na segunda instituição a observação teve a duração de sete dias, nos turnos matutino e vespertino, na mesma sala de aula.

Ao chegar à sala de aula na primeira instituição fui recebida por uma professora que me apresentou à turma e explicou para eles que eu estava formando para ser professora como ela e que eu ia ficar assistindo aula com eles. A maioria das crianças dessa sala de aula pode ser classificada como afro-brasileira, três são negras e as demais são brancas.



Em seguida, a professora levou seus alunos para a sala de vídeo e colocou todos sentados em suas cadeiras. Quando começou o filme a professora convidou uma de suas alunas para sentar em seu colo, a menina convidada era branca e tinha olhos verdes e estava muito bem arrumada. Notei que as demais crianças ficaram um pouco enciumadas, mas demonstraram que estavam acostumadas com aquela situação. Podemos observar que Martins e Munhoz (2007) destaca que o tratamento diferenciado no ambiente escolar tem sido uma das causas do fracasso escolar das crianças negras.

Se pensarmos no espaço escolar, as experiências cotidianas, os preconceitos (desvalores) e os valores estariam compondo a essência (humana) das crianças negras e não negras, porém, como nas sociedades os únicos valores considerados válidos são os da parcela branca da população, acabamos nos constituindo em um povo que não vivencia e não pode vivenciar sua essência por completo (MARTINS; MUNHOZ, 2007, p.18).

Destarte, a discriminação que o negro sofre na sociedade se reflete na escola e na maioria das vezes, os próprios educadores são os causadores desses fatores preconceituosos.

Na sala de aula observada pudemos perceber que as crianças negras ficam isoladas dos demais colegas, ou seja, não interagem em nenhum momento, pois quando tentam se aproximar dos colegas para brincar, elas não são aceitas pelas demais crianças nas brincadeiras.

Na hora do lanche algumas crianças levam a merenda de suas casas, elas têm uma brincadeira em que escolhem com quem irão lanchar naquele dia. Em um episódio observado uma menina branca pergunta: “Quem quer lanchar comigo?” E estende a mão e os demais colegas colocam os dedos na mão dela, os que ela segurar, podem lanchar com ela, naquele dia. Pude perceber que uma menina negra, toda vez que se aproximava não era aceita nem para colocar o dedo na mão da colega. A branca dizia: “Você não!”. Isso se repetiu diversas vezes.

Cabe destacar que as meninas brancas lancharam e não ofereceram o lanche à menina negra e depois do intervalo a professora notou que tinha uma sacola no chão que as meninas deixaram cair, sem perguntar quem tinha deixado cair o lixo, mandou logo a menina negra pegar e colocar na lixeira.

O silêncio das escolas em relação ao racismo e ao preconceito colabora para que



as crianças (tanto negras quanto brancas) tenham a percepção de si mesmas e dos outros totalmente distorcida. As brancas, por se sentirem superiores às negras, e as negras, inferiores as brancas. (MARTINS; MUNHOZ, 2007, p.18).

De maneira que a criança negra ofendida tem sempre a mesma reação, ou seja, o silêncio. Isso vai deixando sua auto-estima cada vez mais baixa, pois tais ofensas deixam-nas desconcertadas e sem reação.

Outro fato que me chamou à atenção foi que em uma aula que a atividade era para recortar letras de revistas, para isso cada criança estava com uma tesoura em sua mão. Ao observar as crianças, notei que uma criança branca estava tentando cortar o cabelo de uma criança negra, sem hesitar, para evitar um acidente, saí do meu lugar para intervir, ao chegar perto das meninas, a menina branca já tinha cortado o cabelo da negra e deixado uma falha enorme em seu cabelo. Falei com a professora e infelizmente ela nada falou sobre o ocorrido e somente tomou a tesoura da mão criança.

[...] A reação dos professores é sempre a mesma: não discutir o assunto e dizer para o ofensor que aquilo não é coisa que se diga, visto sermos todos filhos de Deus. Pois, como já salientamos, a idéia que muitos têm é que as questões relativas ao preconceito racial são problemas apenas dos negros (MARTINS; MUNHOZ, 2007, p.18).

De modo que a escola deveria aproveitar essas ocorrências como oportunidade de transformação de idéias preconcebidas. Mas, infelizmente a escola tem se mostrado um espaço de reprodução do racismo e raras vezes valorizam a diversidade e as diferenças. Ao perguntar para a professora sobre o preconceito racial ela me respondeu: “Quanto mais falamos neste assunto mais aumenta o preconceito racial”.

Ainda segundo a professora, a escola não tem nenhum projeto voltado para atender a lei federal 10.639, de janeiro de 2003, que torna obrigatória o estudo da cultura afro. Ela achou que seria interessante se a escola tivesse algum planejamento, pois ela é negra, mas infelizmente eles não têm nenhum e também não tem nenhuma pretensão de tomar alguma atitude a respeito da lei, não de imediato.

Na segunda instituição observada a maioria das crianças era negra e nessa sala pude observar a existência de quatro grupos de alunos dentro da sala de aula.

O primeiro grupo era formado pelas meninas negras que andam bem vestidas (MNBV), o segundo grupo era formado pelas meninas negras que possuem condição financeira precária (MNCP), o outro grupo era formado por meninas e meninos brancos



(MMB), o quarto grupo era formado por meninos negros (MN) e na escola como um todo se observa o grupo de funcionários da instituição (FI).

Ao observar as crianças em sala de aula pude perceber que não há interação entre o grupo MMB com os demais grupos, esses grupos sentam-se sempre juntos e compartilham das mesmas idéias. Notei também que as crianças do grupo MNCP se sentem excluídas pelos demais colegas.

Para que haja interação entre as crianças, o professor deve desenvolver atividades individuais ou em grupo, respeitando a diferença entre as mesmas, como forma de estímulo e troca de experiência. Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil:

O desenvolvimento da capacidade de se relacionar depende, entre outras coisas, de oportunidades de interação com crianças da mesma idade ou de idades diferentes em situações diversas. Cabe ao professor promover atividades individuais ou em grupo, respeitando as diferenças e estimulando a troca entre as crianças. (BRASIL, 1998, vol.2 p. 32).

A aprendizagem diante de uma situação de interação muito bem planejada oferece uma série de conhecimentos riquíssimos para as crianças que interagem, favorecendo integralmente o desenvolvimento da criança em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, dando o complemento necessário à ação da família e da comunidade.

Nos dias de observação notei que as crianças ficam muito ociosas, o que dá lugar há palavrões, empurrões e brigas. Elas necessitam de atividades que despertem sua curiosidade, é praticamente impossível deixar crianças com a faixa etária entre quatro e cinco anos sentadas, durante quatro horas e ainda, em silêncio. Isso ocorreu nos dias em que uma das FI faltou e as crianças ficaram aos cuidados de outra FI.

São imprescindíveis a capacitação e atualização profissional dos educadores, objetivando proporcionar o envolvimento voluntário do professor com sua classe. Fazendo com que conheça a realidade de vida do aluno junto a sua família e acredite que aquela criança possa crescer sendo cidadão honesto, crítico e lute por uma sociedade melhor.

A sociedade brasileira precisa entender e aceitar os direitos das crianças negras, pois, pensando bem, seus pais e avós, já pagaram alto preço, somente por ser negro. A cultura negra deve ser valorizada, o negro deve conquistar seu espaço, seu lugar de direito,

afinal os negros são brasileiros como todos os outros e foi injustiçado ao longo de toda a história deste país.

Segundo a autora Jacoud (2008), o Brasil, após o fim da escravidão iniciou uma busca por imigrantes interessados em substituir a mão-de-obra escrava e o gentílico negro. Esta atitude evidencia que para as autoridades da época o negro servia para trabalhar de graça, mas não para povoar o país como cidadãos livres. Com isso, o negro deixou de ser escravo para ser um excluído, haja vista a contratação do imigrante europeu. Desta forma, o negro passou a viver à margem do mercado de trabalho, não tendo acesso à educação e continuou a ser perseguido por suas manifestações culturais e religiosas, como forma de quebrar seus laços de identidade, que fortaleciam a luta contra a contínua opressão.

O negro vivia então uma situação insustentável, não tinha como evitar sua perseguição, pois sua imagem, sua cor negra o denunciava. Somente em 1934, a constituição democrática passou a repudiar a discriminação. Em 1941 foi promulgada a Lei nº 1.390/41, incluindo a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor entre as contravenções penais. Esta lei visava punir quem tentasse impedir a entrada de negros em estabelecimentos de ensino, em hotéis, restaurantes, lojas, etc. Porém, a lei era branda e não surtiu o efeito reparador a que se propunha, sendo raras vezes aplicada.

Entretanto, a Constituição Federal de 1988, propôs um tratamento mais rigoroso à questão do racismo, considerando-o daquela dada em diante, um crime inafiançável, em caso de flagrante, é claro. Portanto, o artigo 5º menciona a igualdade de todos perante a lei, sendo uma garantia que uma vítima de racismo pode acionar a justiça (Estado) para processar o acusado deste ato criminoso. A Lei 7.716/89 regulamenta este dispositivo de proteção contra o racismo.

[...] A chamada Lei Caó, que definia como crimes de preconceito as ações que impedissem ou dificultassem o acesso ou o atendimento em espaços públicos, comerciais e a empregos, em função da cor ou raça, determinando penas de reclusão para os diversos casos que tipifica. Essa legislação foi seguida de outras determinações legais no sentido de determinar e penalizar crimes referentes à discriminação, racismo e à injúria racial. Como conseqüência desse movimento, são criadas, em alguns municípios e estados, as delegacias especializadas em crimes raciais, sendo a primeira inaugurada no Rio de Janeiro, em 1991 (JACOUD 2008, p.140).

Não obstante a caracterização do racismo como crime, o preconceito



permaneceu de forma velada na sociedade brasileira. No entanto, os movimentos sociais reivindicaram uma maior participação de profissionais negros em todos os setores, principalmente na educação.

Para tanto foi sancionada a Lei nº 10.639/03 que visa fornecer aos educadores saberes sobre o exercício da cidadania, tendo como ponto de partida a identidade étnico-racial, proporcionando para isso informações e capacitação para que façam valer seus direitos, fazendo uso do aparato do Estado ou do Poder Judiciário.

Segundo Martins e Munhoz (2007), o objetivo da lei 10.639/03¹ é contribuir para a melhoria da auto-estima de milhares de crianças negras, bem como para a construção de sua identidade.

O objetivo da lei é o reconhecimento da diversidade existente no Brasil, bem como o questionamento das relações inter-raciais, que no caso dos negros estiveram sempre baseadas no preconceito e em sua desvalorização como pessoa (MARTINS; MUNHOZ, 2007, p.38).

Sendo assim, o objetivo principal desta lei é reconhecer que há uma diversidade racial no Brasil, resultando na miscigenação atual, objetiva também acirrar o questionamento sobre as relações inter-raciais, principalmente relacionada aos negros, que são baseadas no preconceito e na sua desvalorização como pessoa.

A Lei nº 10.639/03, já em vigor, é um instrumento importante no sentido da valorização do negro e de sua contribuição para a história e a cultura brasileira. Seu cumprimento, entretanto, depende também da ação do poder executivo, fiscalizando as mudanças nos currículos escolares atuando no aperfeiçoamento dos professores, de forma a estabelecer um novo perfil para o estudo de nossa história (THEODORO, 2007, p.172).

Esperamos que com a lei nº 10.639/03 venhamos combater o preconceito racial, para que isso aconteça é necessário que o professor leve a criança negra a valorizar sua origem, sua história e sua cor, para assim, lutar por uma sociedade sem preconceito racial.

Segundo o site mercosul educativo² é necessário ressaltar que a lei altera um artigo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e substitui a Lei nº

¹

A lei 10.639 de janeiro de 2003, também é conhecida como Lei BenHur, em consideração ao autor do projeto deputado federal do Mato Grosso BenHur Ferreira.

²

De acordo com o site: <http://www.sic.inep.gov.br>.



10.639/03 para 11.465/08, o que já era previsto na inclusão da temática afro-brasileira, nos currículos das redes de ensino. Agora, todas as escolas de ensino fundamental e médio, tanto públicas quanto privadas, devem conferir o mesmo destaque ao estudo da história e cultura dos povos indígenas. De acordo com a nova lei, todas as disciplinas, especialmente história, geografia e literatura, devem incorporar a contribuição dos negros e indígenas à cultura brasileira.

Portanto, inferimos que a desigualdade social no Brasil está diretamente ligada a qual raça o indivíduo pertence, por isso, a lei nº 10.639/03 foi muito comemorada pelos movimentos negros, pois é a primeira vez no Brasil que a história do país será contada pelos excluídos e não pela elite, com isso a história e o povo negro serão mais valorizados.

OBJETIVO:

Foi conhecer o tratamento dispensado às crianças negras, por parte dos profissionais da educação, nas creches da rede municipal de ensino na cidade de Jataí-GO. Pretendíamos, verificar como a criança negra é recebida e educada pelos professores e demais profissionais das creches, no município de Jataí; fazer um levantamento de como os professores lidam com a questão da cor da pele de seus alunos em sala de aula e diagnosticar se os professores consideram relevante a questão da diversidade da origem étnico-racial dos seus alunos.

METODOLOGIA:

A metodologia utilizada caracteriza-se como uma pesquisa de observação (processo de registro dos padrões de comportamento das pessoas, sem fazer perguntas ou se comunicar com elas) e pesquisa bibliográfica (com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos). Segundo Viana (2003), a observação é uma das mais importantes fontes de informação de pesquisa qualitativa em educação. Na pesquisa bibliográfica, segundo Severino (2008), o pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. Os dados foram coletados por meio de amostragem, foi estudada uma instituição escolhida aleatoriamente.

RESULTADOS

Constatamos a dificuldade que as crianças negras encontram para interagir com



os demais colegas de sala de aula. Observamos que em algumas instituições, muitos funcionários tratam as crianças negras com desprezo e demonstram favoritismo pelos alunos de cor branca.

Não localizamos em nenhuma instituição observada, mantida pelo município, qualquer projeto que envolva a diversidade.

Esperamos que este trabalho possa contribuir de forma significativa para a sociedade, e que possa ainda sensibilizar os professores e funcionários da educação sobre a importância de se investir em projetos destinados ao aprendizado da cultura Afro-brasileira, com o intuito de erradicar toda forma de preconceito racial, contra as crianças negras no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Joel Zito Almeida de. **A negação do Brasil: O negro na telenovela brasileira.**ed.Senac.São Paulo, 2004.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família.** Ed. Zahar.Rio de Janeiro.

BOMTEMPO, E. **Brinquedo, linguagem e desenvolvimento.** Pré-textos de alfabetização escolar: algumas fronteiras do conhecimento. São Paulo, 1988.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE. **Referencial curricular nacional para a Educação Infantil.**Brasília: MEC/SEF, v 1,1998.

CAMARGO, Climene Laura de.ALVEZZ, Eloina Santana.QUIRINOS, Marinalva Dias.**Violência contra crianças e adolescentes negros: uma abordagem histórica.**UFBA,2005.

CAVALLEIRO, Eliane. (org.).- **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola.**IN: SOUZA, Elizabeth Fernandes. **Repercussões do discurso pedagógico sobre as relações raciais nos PCNs,**GOMES, Nilma Lino Gomes. **Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade,** São Paulo: Summus, 2001.

FAZZI, Rita de Cássia. **Preconceito Racial na Infância.** Instituto Universitário de Pesquisa. Rio de Janeiro. 2000.

FINCO, Daniela.A educação dos corpos femininos e masculinos na Educação Infantil.IN:



FARIAS, Ana Lúcia Goulart. (org) **O Coletivo infantil em creches e pré-escolas: falares e saberes.** São Paulo;/Cortez, 2007.p.94 -119

GENTILI, Pablo. Por uma pedagogia da esperança. IN: GENTILI, P; MCKOWAN, T (orgs) **Reinventar a escola pública: política educacional para um novo Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2003.p.257-272.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores / as:** Um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Educ.Pesqui.vol. 29 nº.1 São Paulo.2003.

KRAMER, Sonia. A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. Rio de Janeiro. Achiamé.1984.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica.** Porto Alegre. 1998.

MARTINS, Roseli Figueiredo. MUNHOZ, Maria Letícia Puglisi. Coleção Percepções da diferença. Negros e brancos na escola. **Professora, Não quero brincar com aquela negrinha!** Ed. Nove& Dez Criação e Arte.vol. 5.São Paulo. 2007.

MERESSE, Antônio...et al. Lugares da Infância: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato. São Paulo: Arte& cia,1997.

OLIVEIRA, Iolanda. **Cor e Magistério.** In: SANTOS, Tereza (org) **Professores universitários negros: Uma conquista e um desafio a permanecer na posição conquistada.** Rio de Janeiro; Quarter, 2006.

_____. **População negra e educação escolar.** In: PESSANHA, Márcia Maria de Jesus, BRITO, Maria da Conceição (org) A literatura brasileira e o papel do autor/ personagem negros. Rio de Janeiro; Quarter, 2006.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Raças e desigualdades educacional no Brasil.** In: AQUINO, Julio Groppa (org) Diferenças e preconceitos na escola: Alternativas práticas e teóricas. São Paulo: Sammus, 1998.p.73-88.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA JR, Hélio. **Discriminação racial nas escolas: entre a leis e as práticas.** Brasília: UNESCO, 2002.

SOUSA, A. M. C. **Educação Infantil: Uma proposta de gestão municipal.** Campinas, SP : Papirus, 1996.

THEODORO, Mário. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição.** In: JACCOUD, Luciana (org). O combate ao racismo e a desigualdade: O



desafio das políticas públicas de promoção da igualdade Racial. Ipea, 1ª ed. 2008.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Pesquisa em Educação a observação**. Brasília: Líber Editora, 2007.

ZIVIANI, Denise Conceição das Graças. **À Flor da Pele: A alfabetização de crianças negras entre o estigma e a transformação**. UFMG. Belo Horizonte. 2003.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS EM NOTAS DE RODAPÉ.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Prova Brasil: Avaliação do rendimento escolar**. Disponível no site. <http://www.provabrasil.inep.gov.br>. Acesso Pesquisado no dia 26 de junho de 2009 às 23:00 horas.

MACHADO, Maria Clara. **Alterações na LDB**. Disponível no site: <http://www.sic.inep.gov.br>. Acesso no dia 11 de junho de 2009.

MANZATTI, Marcelo. **Alteração da lei 10.639/03 para 11.465/08**. São Paulo, 2008. Disponível no site: <http://www.overmundo.com.br/blogs/a-lei-1146508-e-a-unidade-da-diversidade>. Acesso no dia 10 de junho de 2009 às 23:30.